

## **O REPRESSIVO MACHISTA NO ADEQUADO SOCIAL FEMININO: A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO PROCESSO DE ESCOLHA DA MULHER**

Autor (1): Otávio Evangelista Cruz; Co-autor (1): Lissa Furtado Viana; Co-autor (2): Emannelly Cabral de Figueiredo; Co-autor (3): Raíssa Feitosa Soares; Orientador: Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

*Autor: Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: otavio.e.cruz@gmail.com.  
Co-autor (1): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: lissa\_viana@hotmail.com.  
Co-autor (2): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: emannellycfg@gmail.com  
Co-autor (3): Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: raissa.fs@hotmail.com  
Orientador: Universidade Regional do Cariri (URCA), e-mail: djamiro.acipreste@urca.br*

### **Resumo**

O artigo tem por objetivo evidenciar a pressão da ideologia machista no processo de escolha e na determinação social do adequado. A orientação libertadora como conduto da corrente feminista é um ato revolucionário, mas, no interior do processo de afirmação do anti-repressivo, acarreta profundos abalos acerca de sua motivação. A motivação aqui referida não diz respeito aos pressupostos legitimadores da luta feminista, mas da influência microscópica do subversivo machista e na diferença entre sexos na escolha e percepção do socialmente aprovado. Pretende-se expor os mecanismos que operam a dominação do masculino e o ricochete contraposto por esta. Dessa forma, a diminuição da condição feminina, marcada pela desigualdade salarial, padrões estéticos, imposições de casamento e maternidade e toda ideologia que dita alicerces da conduta feminina baseada na visão masculina age de forma tão violenta que atinge, individual e coletivamente, a imposição da luta feminista. Por seu cunho teórico, o trabalho se utilizará de levantamento bibliográfico calcado pelo método indutivo, de forma a propor hipóteses plausíveis acerca da problemática abordada. Baseia-se nas obras O Poder Simbólico (Pierre Bourdieu) e Backlash (Susan Faludi), tendo em conta que, na concepção de violência simbólica de Pierre Bourdieu, a doutrina machista se impõe em discurso sutil e homogêneo, espalhando-se pelo seu reconhecimento perante os destinatários, de maneira a legitimar a estrutura falseada de suas decisões. Ademais, através da detalhada análise de Faludi é possível visualizar os desdobramentos do Backlash anti-feminista, além de seus impactos para as mulheres e a sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Feminismo, Ideologia, Machismo, Violência Simbólica.

### **1 INTRODUÇÃO**

Ainda na contemporaneidade, as sociedades ocidentais, em geral, mantêm-se presas a sistemas patriarcalistas e heteronormativos, onde a ideologia machista prossegue como fator determinante do socialmente adequado. A delimitação dos papéis de gênero, bem como a heterossexualidade/heteroafetividade enquanto orientação compulsória surgem como fatores determinante das escolhas de homens e, sobretudo, mulheres.

Embora tanto a definição do que é socialmente adequado quanto a definição de mulher não estejam livres de controvérsia, tenciona-se abordar os fatores externos que influenciam os

padrões de escolha adotados pelas mulheres na sociedade ocidental.

Destaca-se que a liberdade - e sobretudo a capacidade - de escolha femininas não são, em momento algum, questionadas. Pelo contrário, busca-se abordar as opressões e violência que rondam essas escolhas de maneira bastante sutil, conforme os conceitos de violência simbólica de Pierre Bourdieu. Esse tipo de violência está presente em diversas outras esferas da vida cotidiana, simplesmente limitando-se este trabalho a tratar da questão da determinação do adequado feminino.

A própria definição de mulher acaba sendo dada de maneira negativa, como o não-masculino, o Outro em relação ao homem - que é o Um, o Sujeito em si -. Entretanto, conforme a análise de Simone de Beauvoir, a posição de sujeição das mulheres não se deu por sua própria conviência ou inércia, sequer por condição natural imutável. Tal qual as demais opressões, deu-se por processos históricos e construções que, desde o surgimento da propriedade privada, a coisificaram e tornaram parte das posses masculinas.

Na pós-modernidade, após ondas e diferentes manifestações de feminismos, os comportamentos femininos seguem ainda tolhidos pelo repressivo machista, que atua de maneira simbólica em diversos contextos - desde as conversas no trabalho ou faculdade até as notícias veiculadas pela grande mídia,

Assim sendo, as análises buscadas por este trabalho, reverberam em um apoio irrestrito à liberdade de escolha individual da mulher, Não obstante, abordam de maneira crítica os fatores que influenciam suas motivações.

## **2 METODOLOGIA**

A abordagem escolhida para o presente trabalho perpassa pelo levantamento e análise das bibliografias pertinentes ao tema, utilizando-se do método indutivo em virtude de seu caráter teórico. Em especial, as obras O Segundo sexo (Simone de Beauvoir), O Poder Simbólico (Pierre Bourdieu) e Backlash (Susan Faludi) foram utilizadas como base para a construção dos posicionamentos aqui apresentados.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 A PRESSÃO APAGADORA DO FEMININO**

Ao tratar da pressão apagadora do feminino, tenciona-se explorar o panorama onde estão inseridas as mulheres e os fatores

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br  
[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

externos que podem definir ou influenciar suas escolhas. Parte-se da premissa de que as sociedades ocidentais permanecem ainda proeminentemente patriarcalistas e heteronormativas, fatores que relacionam-se diretamente com a definição e a visão que se tem do feminino.

Iniciando a abordagem pela explanação do que se tem como patriarcalismo, Tamires Marinho elucida:

A primeira afirmação importante é que a sociedade é em sua maioria patriarcal. O patriarcado é uma organização familiar que posiciona o pai de modo hierárquico — a mente nuclear. Instalou-se com o advento da propriedade privada acercando-se e se enraizando através de discursivas que o mantiveram até a contemporaneidade. A subjetividade feminina não se tornou um evento singular devido à hierarquia pautada pela condição masculina construída na afirmação de que este sexo era o dominante. As mulheres foram convencidas de que seu lugar social era de subordinação, discursiva fortalecida pelas instituições, tais como, a religião, a família e o próprio estado que serviram de apoio para sua expansão. (MARINHO, 2018).

O patriarcalismo é, portanto, um regime exclusivo, sob o qual as mulheres terminam sujeitas à dominância masculina. O reforço desse sistema vigente pelas instituições pode ser observado pela atuação da violência simbólica conforme a definição de Pierre Bourdieu (sobre a qual se explanada mais à fundo em momento posterior) bem como pelas definições de AIE de Althusser. No caso, os aparelhos ideológicos do Estado (escolas, igrejas, etc.) reproduzem ideologias que correspondam aos interesses das classes, frações ou alianças de classes dominantes. (ALTHUSSER, 1985). Embora as sociedades primitivas, quando organizadas horizontalmente, tivessem características matriarcais ou divisões relativamente igualitárias, o homem logo passou a considerar-se o responsável pela reprodução, como explicou Simone de Beauvoir:

Com o advento do patriarcado, o macho reivindica acremente sua posteridade; ainda se é forçado a concordar em atribuir um papel à mulher na procriação, mas admite-se que ela não faz senão carregar e alimentar a semente viva: o pai é o único criador. Aristóteles imagina que o feto é produzido pelo encontro do esperma com o mêsruo; nessa simbiose a mulher fornece apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino força, atividade, movimento, vida. (BEAUVOIR, 2009).

Beauvoir esclarece que a mulher nunca foi vista como Sujeito igual ao homem, principalmente porque mesmo quando era endeusada nos períodos primitivos, isso a posicionava além da esfera do real e, portanto, fora da definição de alteridade:

Assim, o triunfo do patriarcado não foi nem

um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos. Eles nunca abdicaram o privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher, mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava também condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino. “Os homens fazem os deuses; as mulheres adoram-nos”, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade sempre é estabelecido por eles. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei. (BEAUVOIR, 2009).

Ademais, o sistema patriarcalista foi consolidado, em especial, a partir do surgimento da propriedade privada, através da qual o patriarcalismo teve sua manutenção garantida ao longo dos séculos em diferentes sociedades. Como bem observado pela autora ao analisar detalhadamente a relação entre as mulheres e a propriedade em diferentes épocas e culturas, ao ser “Destronada pelo advento da propriedade privada, é a ela que o destino da mulher permanece ligado durante os séculos: em grande parte, sua história confunde-se com a história da herança.” (BEAUVOIR, 2009). Mesmo nos casos em que a mulher possuía condições relativamente igualitárias (a exemplo do Egito) isso se dava justamente pela ausência da propriedade privada e do risco de sua partilha através da herança legada às mulheres.

O que têm-se, portanto, é a base patriarcalista das sociedades ditando os destinos das mulheres desde períodos remotos. Os efeitos desse patriarcalismo vão desde desigualdades salariais e pressões quotidianas até a manutenção de uma cultura de estupro. Cabe afirmar ainda que, aliada ao modelo patriarcal está a heteronormatividade, refletida em uma heterossexualidade compulsória e na definição estrita de papéis de gênero binários.

Considerando que a própria definição de “mulher” pode ser controversa, nota-se que em sociedades heteronormativas tal diferenciação dá-se por conceitos biológicos (nascer fêmea ou macho, com DNA XX ou XY) à partir dos quais são definidos previamente os papéis de gênero aos quais os membros de cada sexo devem ater-se. Mulheres precisariam ser femininas, mãe, dóceis e submissas, enquanto aos homens cabe a virilidade, a força e todo o estereótipo do “macho”. Além do gênero, a orientação é bem definida, sendo a heterossexualidade compulsória, em circunstâncias tais que orientações sexuais ou identidades de gênero desviantes do padrão binário são desconsideradas, perseguidas ou mesmo criminalizadas.

As mulheres terminam, desta feita, adstritas à padrões de feminilidade impostos como socialmente aceitáveis, cabendo destacar que

atendo-se à eles ou não, sua posição será sempre questionada e inferiorizada em relação aos padrões masculinos.

Se a LGBTfobia é consequência direta dessas heteronormatividade (advinda do patriarcado) nota-se que também têm suas raízes no repúdio ao feminino. O homem com orientação sexual divergente do padrão ou que assume papéis de gênero encarados como femininos é inferiorizado por aproximar-se da mulher, do Outro incompleto. Da mesma forma, homens que não se enquadrem nos estereótipos de masculinidade tem seus comportamentos socialmente reprovados em virtude dos mesmos fatores.

De tal forma, a inferiorização do feminino e a pressão para que a mulher mantenha-se dentro de papéis de gênero, orientações sexuais e perfis comportamentais específicos são tão evidentes quanto a sua relação com o estado de sujeição da mulher e o discurso que mantêm as condições para a sua dominação por parte dos homens.

### **3.2 A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA**

O parorama apresentado de categorização e inferiorização da mulher enquanto sujeito social relaciona-se intimamente com o discurso que o da forma. Marcadamente, são os mecanismos que propagam este discurso os grandes responsáveis pela popularização de pensamentos advindos de uma cultura heteronormativa estagnada e dissonante.

Salienta-se aqui a violência simbólica de Pierre Bourdieu, que pode ser definida como a sutil emanção de um critério autoritário que por si só constitui um ato de violência, de repressão àquele que não encontra-se abraçado neste. Neste sentido, Cristina Carta Cardoso de Medeiros define a Violência Simbólica como “Coação que exercem os grupos ou classes dominantes sobre os grupos ou classes dominadas para significações legítimas, ou ainda impondo como legítima a cultura de determinados grupos ou classes aos demais” (MEDEIROS, 2007).

Dessa forma, o discurso aqui exposto propaga-se, de forma microscópica e difusa, e atinge coletivamente o grupo a quem oprime: as mulheres. Em Bourdieu, tal violência se dá em diversos âmbitos, mas é através da mídia que o discursos normalizantes e padronizadores são enlaçados. Determinam um padrão de conduta ou um quesito definidor do que é ser mulher ou o que é ser feminino, e silenciam as condutas díspares do discurso apresentado.

Tal ideologia age de duas formas. Em um primeiro momento, atinge a mulher de

um ponto de vista coletivo, de forma a desencorajar a escolha diferente por medo da repressão social e o descrédito em sua legitimidade como parte de um plexo aceitável. Nesse sentido, escolhas como não ter filhos, dedicar-se a carreira ou mesmo não se depilar são condutas mal vistas e têm seu suporte negado no conteúdo midiático apresentado.

Em um segundo momento, tais ditames atingem a escolha individual da mulher, tendo em vista que algumas condutas são consideradas pelo substrato de dominação masculino como esperadas da mulher padrão. A pressão pende para um lado de forma a, mesmo perante a escolha distoante, haver relativa incerteza na consciência plena de escolha. Não se quer, contudo, sugerir uma incapacidade na determinação individual no processo de escolha da mulher, mas apenas expor que há sempre um lado menos oneroso, que atrai e perpetua o padrão heteronormativo e os estereótipos femininos. As escolhas que quebram o padrão imposto não deveriam ser socialmente reprimidas e condenadas, devendo ter o mesmo nível de respaldo social que aquelas que se alinham ao padrão feminino imposto. A pressão social do adequado não deve fazer com que o contingente antagônico seja diminuído, individualmente e socialmente.

Aqui, o ponto principal é a determinação do socialmente aprovado. A formação dos estereótipos e do padrão feminino social e culturalmente aprovado se dá e se fortalece através da violência simbólica. Através das imposições estéticas, profissionais e culturais, o feminino é moldado submisso a ideologia machista, e é idealizado apenas como forma de semi-permissão: à mulher é permitida apenas a escolha que não atinge a dominação masculina.

Tanto é verdade que os quesitos do socialmente aprovado para homens e mulheres são diferentes, ainda que em idêntica situação. A exemplo, a ideia de que o dever de cuidar da criança resta unicamente com a mãe ou que é plausível a diferença salarial baseada no sexo. Diferentemente do que é socialmente aprovado para o homem, o oposto feminino está algemado a padrões, sua determinação é dirimida em pequenos núcleos de pressão, e a quebra do autoritário torna-se extremamente excruciante.

A violência simbólica e a dominação masculina opera-se no hábito e na hierarquização de condutas. Bourdieu, em seu livro *A Dominação Masculina*, une os dois pontos ao falar da forma pela qual as mulheres são retratadas historicamente e a origem do hábito excludente:

Tal história não pode se contentar com registrar, por exemplo, a exclusão das mulheres de tal ou qual profissão, de tal ou qual carreira, de tal ou qual disciplina; ela também tem que assinalar e

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

levar em conta a reprodução e as hierarquias (profissionais, disciplinares etc.), bem como as predisposições hierárquicas que elas favorecem e que levam as mulheres a contribuir para sua própria exclusão dos lugares de que elas são sistematicamente excluídas. (BOURDIEU, 2012)

Portanto, está evidenciado o conteúdo opressor que legitima e reconhece a ideologia machista. A violência age de forma a determinar o que é socialmente esperado da mulher e as condutas que se afastam deste padrão são negadas, constituindo uma agressão à integral manifestação do feminino, que deveria, em qualquer hipótese, ser de posse dos sujeitos que sustentam sua existência: as mulheres.

### **3.3 O BACKLASH ANTI-FEMINISTA**

Tendo claras a correlação entre patriarcado, heteronormatividade e a atuação da violência simbólica (bem como dos citados Aparelhos Ideológicos do Estado) na perpetuação do discurso de submissão do feminino, cabe destacar alguns fatos e situações acerca da propagação destas ideologias opressivas.

Inicialmente, têm-se que mesmo os Aparelhos Repressivos de estado, como Delineados por Althusser, trabalham em desfavor das mulheres. Junto a eles, os AIE apresentam pressões que por vezes escapam ao plano sutil da violência simbólica e tornam-se obviedades, como Beauvoir descreve:

Eis por que todas as religiões e os códigos tratam a mulher com tanta hostilidade. Na época em que o gênero humano se eleva até a redação escrita de suas mitologias e de suas leis, o patriarcado se acha definitivamente estabelecido: são os homens que compõem os códigos. É natural que deem à mulher uma situação subordinada. (BEAUVOIR, 2009).

A esfera ideológica presente nas diversas legislações fica evidente, ao ter-se em conta o fato de, ao longo da história, os homens serem os responsáveis pela confecção das leis e manuscritos sagrados. Todo o sistema legal e institucional colabora para a manutenção da submissão feminina, ainda que na contemporaneidade não seja possível estabelecer obrigações arbitrárias em todos os tipos de sociedade:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. São exatamente essas velhas coações do patriarcado que a URSS ressuscitou; reavivou as teorias paternalistas do casamento; e com isso foi levada a pedir novamente à mulher que se torne objeto erótico: um discurso recente convidava as cidadãs soviéticas a cuidarem dos vestidos, a usarem maquiagem, a se mostrarem faceiras para reter seus maridos e incentivar o

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

desejo neles. (BEAUVOIR, 2009).

É nesse paradigma que trata-se, com ainda mais ênfase, da questão da escolha feminina, da atuação do repressivo machista no adequado social feminino. Sobretudo, na contemporaneidade diversos avanços parecem ter garantido direitos às mulheres, contudo, acredita-se que ainda assim as suas escolhas permanecem tolhidas e os reflexos do patriarcado permanecem tão fortes quanto no século passado.

Em especial, o feminismo foi responsável, por meio de lutas e militância através das últimas décadas, por muitos avanços para as mulheres. Ainda assim, o movimento sofreu o que Susan Faludi chamou de Backlash, um contra-ataque que visava desmontar os avanços e impedir sua continuidade. Ao serem restritas à padrões pré-definidos, as mulheres receberam desde a sobrecarga da tripla jornada de trabalho contemporânea (graças à maternidade) até “obrigações” relativas à padrões de beleza como a depilação (alavancada, em especial, pela indústria pornográfica).

Conforme Faludi descreveu detalhadamente na obra Backlash, nos U.S.A. dos anos 80 as mulheres passaram a ser retratadas pela mídia por meio de estereótipos bastante específicos. As mulheres de carreira ou solteiras eram retratadas como tristes, magoadas ou depressivas por ter de abandonar o conforto familiar e a proteção marital, ao passo que padrões de feminilidade eram exaltados. Tal fenômeno não deu-se somente no âmbito da ficção, mas também com a divulgação seletiva de notícias completamente falsas ou distorcidas, muitas vezes em detrimento de pesquisas sérias e apuradas nos mesmos campos. Ao destrinchar alguns dos mitos impulsionados pela mídia da época, a autora demonstrou com clareza a atuação nada sutil da mídia e do governo na intenção de culpar o feminismo pelos problemas das mulheres e tolher ainda mais suas escolhas. (FALUDI, 2001).

Um exemplo dos casos que descreve é o de uma suposta falta de homens como entrave ao mercado de casamentos (resultado de um levantamento de 1986 feita por pesquisadores das universidades de Harvard e Yale.) que repercutiu em todo o país e fez crer que mulheres com segundo grau completo teriam pouquíssimas chances de se casar. Apesar de, como a autora demonstrou, a pesquisa ter sido falseada e comprovadamente inexata, foi amplamente divulgada e trouxe consequências palpáveis:

[...] O número de mulheres com receio de nunca se casar tinha praticamente dobrado no exato ano em que apareceu a pesquisa de Harvard-Yale, de 14 para 27%, chegando a 39% nas mulheres na faixa de 25 anos, o grupo visado na pesquisa. Um ano após o relatório sobre o

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)



casamento, [...] a idade das mulheres que se casavam pela primeira vez tinha baixado um pouco e, contradizendo uma tendência de 20 anos, o número de núcleos familiares tinha crescido mais rapidamente entre 1986 e 1987 do que o de núcleos não familiares. Estas pequenas mudanças foram imediatamente recebidas como sinais da volta do casamento tradicional. [...] Fowles previa um "ressurgimento da família convencional até o ano 2000 (pai que trabalha, mulher que fica em casa com os filhos)". Isto iria ser vantajoso para a indústria americana, ele lembrava aos homens de negócios. "Cortejar e namorar voltariam à moda, portanto a venda de flores estava assegurada", ele notava. E "a volta à comida caseira seria um incentivo para as vendas dos supermercados". (FALUDI, 2001).

Este e os demais exemplos dados pela autora na obra deixaram claro que nos U.S.A. dos anos 80 e 90 as escolhas das mulheres foram fortemente influenciadas pela mídia e pelo governo, manipuladas de forma violenta na intenção de contra-atacar os avanços feministas e criar nas mulheres o sentimento de que a liberdade adquirida lhes era prejudicial.

As mesmas situações, pode-se dizer, verificaram-se no Brasil desde essa época até a atualidade. Muitas dessas pesquisas, inclusive, alcançaram o Brasil também, incorporando-se ao senso comum.

Ainda mais alarmante, pode-se dizer, é a ascensão de uma direita ultraconservadora, que tem ganhado espaço com argumentos afins ao Backlash. Discursos que criminalizam o aborto, reproduzem opressões de gênero e contrariam até a igualdade salarial prevista constitucionalmente ganharam força ao longo dos anos 2000, chegando ao nível de espalharem-se termos pejorativos como “feminazis” para descrever militantes feministas em redes sociais e afins.

No Brasil pós-golpe, a luta entre as conquistas da contemporaneidade e os usos anti-feministas intensificou-se, tornando ainda mais pungente o já essencial debate acerca da dominação masculina e da repressão machista ao determinar o socialmente adequado. Não trata-se aqui do nível individual, tendo-se em conta a plena capacidade das mulheres de decidirem portar-se em acordo ou desacordo com o socialmente aprovado. Não obstante, rejeita-se a pressão exercida no patriarcado para que as mulheres sujeitem-se às condições que favoreçam o discurso de submissão das mesmas, bem como a atuação violenta dos aparelhos estatais e ideológicos para atingir tais fins.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A despeito das dificuldades para a definição de uma “mulheridade” ou para a construção de uma definição geral de

“socialmente aprovado”, buscou-se demonstrar que as sociedades contemporâneas mantêm, ainda, usos patriarcalistas e heteronormativos construídos e validados ao longo de um processo histórico mais ou menos linear.

Sempre definidas como os Outros em relação aos Sujeitos masculinos, as mulheres foram subjugadas através de discursos reiterados, que ao delimitar padrões de conduta e aparência específicos para homens e mulheres tanto geram exclusão quanto mantêm subordinada a classe feminina.

Em períodos de liquidez pós-moderna é preciso que se tenha sempre em mente as camadas ideológicas e de violência simbólica que interferem nas escolhas femininas à nível individual e coletivo. Para que a dignidade humana das mulheres possa se dar de forma plena a delimitação do socialmente aprovado não pode ser feita para a manutenção de um sistema de opressão.

De modo a buscar o momento em que as mulheres possam se afirmar enquanto Sujeitos em sua Pluralidade, cabe lutar pelo desmonte de um sistema que há séculos trabalha em desfavor das mulheres, impondo-lhes decisões e usos até mesmo para combater as conquistas que o feminismo já alcançou.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 7.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Ed. 11 Rio de Janeiro. Editora Bertrand: 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1. Ed.. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS, A. **Subversões – Homens e Mulheres nas Entrelinhas**. Lisboa: Editora Universitária, 2003.

FALUDI, Susan. **Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade nas relações sociais. **Tempo social: revista de sociologia da USP, São Paulo**, vol 26, n. 1, p 61-73

MARINHO, Tamires. **O estado de sujeição da mulher como um discurso de consentimento para crimes e violência de gênero**. 2018. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2018/01/o->

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)



estado-de-sujeic%cc%a7a%cc%83o-da-mulher/#more-23257> Acesso em: 17 jun. 2018.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2007.

SILVA, Vânia dos Santos. **Patriarcado e a cultura do estupro no Brasil.** 2017. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/app/noticia/301723-1>>. Acesso em: 20 jun. 2018.